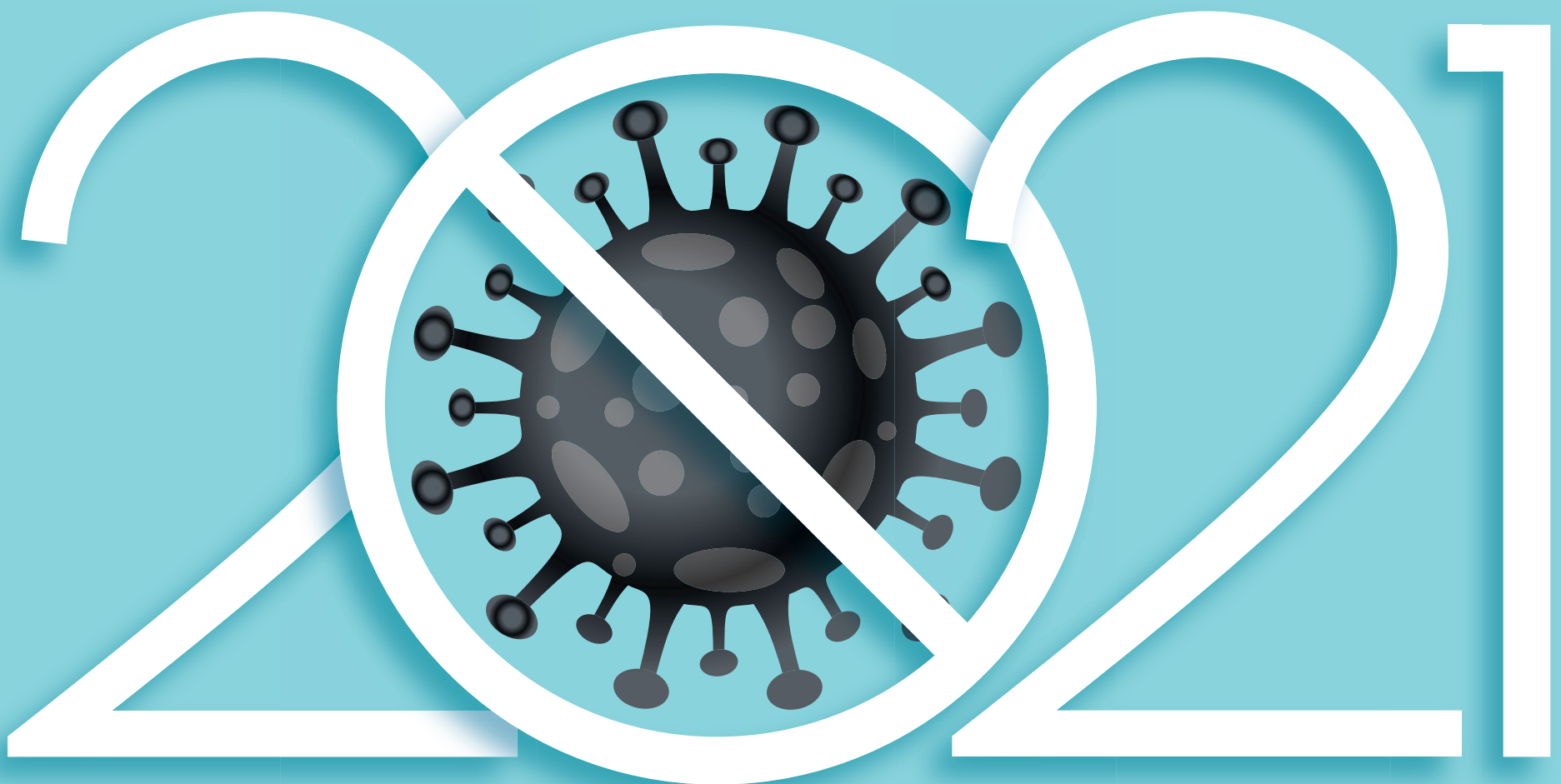




ESPECIAL

PORTUGAL E O MUNDO EM



O ANO DE TODAS AS ESPERANÇAS

Depois de um 2020 marcado pela crise sanitária e económica, como será o próximo ano? Neste Especial fazemos uma antevisão dos grandes desafios e tendências que vão marcar o próximo ano, em áreas como a economia, os negócios, a política e os mercados, com a ajuda de líderes das empresas e de especialistas de vários sectores.

DESAFIOS E INCÓGNITAS

Prognósticos ficam para o fim dos planos de vacinação ● II

MACROECONOMIA

Novo ano traz alento à economia nacional ● IV

INTERNACIONAL

Um planeta à espera do que Joe Biden pensa sobre ele ● VI

ENERGIA

Petrolíferas vão continuar a apostar nas renováveis em 2021 ● XIX

FÓRUM

O que espera para o próximo ano, em Portugal e no mundo? ● X

EDITORIAL

Tempos interessantes



FILIPE ALVES
Diretor

Rezam as crónicas que existe uma velha maldição chinesa que, disfarçada de benção, reserva um destino atribulado a quem dela for alvo. “Que possas viver em tempos interessantes”, reza a dita praga, emprestando à palavra “interessantes” um significado que, em bom português, se pode traduzir por “sarilhos”.

Na verdade, tratar-se-á de uma expressão erradamente atribuída à tradição chinesa, mas tal não lhe retira utilidade, quer o leitor seja dado a superstições, quer se trate de descrever os tempos em que vivemos. Estamos, de facto, a viver tempos interessantes, fazendo de 2020 um ano que muitos de nós procurarão simplesmente esquecer.

A boa notícia é que o próximo ano promete também ser interessante, mas por razões positivas. Se a distribuição das vacinas contra a Covid-19 decorrer como previsto, imunizando os grupos de risco até ao final do primeiro semestre do ano, a vida em Portugal e na maioria dos países desenvolvidos tenderá a regressar gradualmente à normalidade. A economia começará também a recuperar, com os consumidores e as empresas a libertarem a procura reprimida durante a crise pandémica.

Depois de longos meses em casa, centenas de milhões de pessoas em todo o mundo estarão desejosas de poder voltar a frequentar restaurantes, a sair, a fazer compras, a passear e a viajar. A vida vai continuar o seu curso, tal como sucedeu inúmeras vezes após guerras, catástrofes naturais e pandemias. Estarei a ser excessivamente otimista? Talvez, mas a verdade é que não vejo utilidade em ser outra coisa. ●

DESAFIOS E INCÓGNITAS

Prognósticos ficam para o fim dos planos de vacinação

Garantir imunidade de grupo para relançar os sectores da economia mais afetados pela Covid-19 é o grande desafio de um ano de grande incerteza.

LEONARDO RALHA

lralha@jornaleconomico.pt

Se 2020 foi o ano do vírus, 2021 será o ano das vacinas. Parece um daqueles truismos desde há séculos associados ao francês Jacques de Chabannes, senhor de La Palice, de quem disseram que “um quarto de hora antes da sua morte ainda vivia”, mas como no final de 2019 poucos conseguiram prever o efeito pandémico da doença que surgiria na cidade chinesa de Wuhan, será prudente recorrer à sabedoria de João Domingos da Silva Pinto, histórico lateral-direito do FC Porto e da Seleção de Portugal. Aquele que, no instante que o imortalizará mais do que os troféus erguidos ao longo da carreira, respondeu a um jornalista que “prognósticos só no fim do jogo.”

A duas semanas do início de 2021, quando as primeiras vacinas já estão a ser administradas em países como os Estados Unidos e o Reino Unido, Portugal e os restantes Estados-membros da União Europeia ultimam os planos de vacinação, na expectativa de que a Agência Europeia do Medicamento aprove a vacina da Pfizer e BioNTech na próxima segunda-feira, 21 de dezembro. A antecipação da reunião em relação à data prevista, no dia 29, permitirá que Bruxelas dê a aprovação final antes do Natal. E que o princípio do fim do SARS-CoV-2 ocorra no espaço comunitário ainda em 2020. “É o momento da Europa. A 27, 28 e 29 de Dezembro, a vacinação terá início em toda a União Europeia”, escreveu no Twitter nesta quinta-feira a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

Mas a conquista da imunidade de grupo que alavancará a recuperação da economia nacional, euro-

peia e mundial, tal como Roma e Pavia – cidade onde decorreu a batalha em que Chabannes ainda estava vivo 15 minutos antes do último suspiro –, não se fará num dia. E a pergunta de bilhões de dólares, euros e ienes é quantos dias ou meses demorará, esperando-se que a resposta não resvale para horizontes mais longínquos.

Numa mensagem que partilhou nesta quinta-feira, após a aprovação do novo estado de emergência, o Presidente da República deixou claro que é necessário ser realista. “Não haja ilusões. Não haverá senão um número muito pequeno de vacinados em janeiro – os que tiverem recebido a segunda dose a partir de 27 de janeiro –, e, muito menos haverá, nem em janeiro,

nem nos meses imediatos, os milhões de vacinados necessários para assegurar uma ampla imunização que trave a pandemia”, escreveu Marcelo Rebelo de Sousa.

Riscos diversos no caminho

Tudo dependerá da rapidez e da quantidade de doses com que as vacinas da Pfizer, da Moderna e de outras farmacêuticas chegarão à população mundial, na certeza de que numa primeira fase ficarão limitadas a grupos prioritários – como os mais idosos e os considerados essenciais, incluindo profissionais de saúde e forças de segurança – que não são propriamente aqueles que maior peso terão na recuperação dos sectores mais atingidos pela pandemia. Algo que permite afirmar, com percentagem ironicamente alta de certeza, que a palavra “incerteza” persistirá, resilientemente e de forma robusta, na ponta da língua em 2021.

“A elevada incerteza quanto à evolução da pandemia e o forte peso do turismo no PIB irá travar a velocidade da retoma até que exista uma vacina eficiente”, sentenciou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) no seu “Economic Outlook” de dezembro, restando o entusiasmo motivado pela aceleração das vacinas e outras terapêuticas contra a Covid-19.

Bem mais cautelosa do que o cenário do Governo na elaboração do Orçamento do Estado para 2021, a OCDE previu que a economia portuguesa cresça 1,7% no próximo ano e 1,9% em 2022, ficando a “recuperação mais ampla” adiada para 2023, “nomeadamente em sectores mais afetados, como o do turismo e do alojamento, no pressuposto de que a situação sanitária vá melhorar devido à distribuição de uma vacina eficiente”.

“Não haverá senão um número muito pequeno de vacinados em janeiro, e muito menos haverá, nem em janeiro, nem nos meses imediatos, os milhões de vacinados necessários para assegurar uma ampla imunização”, escreveu Marcelo Rebelo de Sousa





No mesmo sentido, Fernando Chaves, *risk specialist* da Marsh Portugal, deixa um alerta específico, por entre as “múltiplas incertezas e riscos diversos” que marcam o início de 2021: “Apesar de o processo de vacinação estar já a ser iniciado, estamos longe de ver a luz ao fundo do túnel em termos de pandemia. A vacinação está baseada em processos logísticos conhecidos, mas a sua escala traz desafios e vários riscos associados, nomeadamente o aumento de potenciais ataques cibernéticos, que, a ocorrerem, podem ter um efeito dominó e bloquear cadeias de valor de outras indústrias.”

Também a EY adverte, no documento “Portugal: Desafios para 2021”, que se deve esperar mais túnel antes de surgir luz ao fundo. Apesar de fazer “parte da natureza humana acreditar que o próximo ano será necessariamente melhor”, após um 2020 “inesperadamente dramático”, e de o Plano de Recuperação e Resiliência procurar “responder às necessidades imediatas, promover a competitividade e trazer mais resiliência para o futuro”, os verdadeiros impactos económicos e sociais da pandemia só se irão manifestar com toda a clareza no próximo ano.

“Medidas como as moratórias, a proteção de contratos de arrendamento, o reforço de proteções sociais ou os apoios diretos às empresas, permitiram adiar alguns sintomas da crise económica e limitar os efeitos da crise social. Quando essas medidas começarem a ser revertidas, já no início de 2021, ficarão expostas as empresas em situação insustentável, com impacto direto no emprego a elas associado”, defende Luís Florindo, *associate partner* da EY. Já Fernan-

do Chaves alerta que é de esperar “um aumento considerável de falências, de desemprego, instabilidade social e nova pressão sobre as tendências migratórias”.

No que toca ao regresso gradual à “antiga normalidade”, após uma percentagem considerável da população ter imunidade e de a terceira vaga de Covid-19 atingir os países em simultâneo com a gripe sazonal e os picos de frio, o *risk specialist* da Marsh Portugal avisa que “o desejo social de que ‘tudo passe’ e voltemos a ter uma vida normal pode ser igualmente sinónimo de consumo excessivo e não cumprimento de regras e metas” ambientais, enquanto a EY aconselha as empresas a “dar resposta aos novos padrões de consumo” e a “continuar a atrair e reter talento”. Algo que implicará a manutenção de tendências de 2020, como o comércio eletrónico e o teletrabalho.

Citando o CEO da Microsoft, Satya Nadella, para quem “vimos dois anos de transformação digital em apenas dois meses”, e a CIP - Confederação Empresarial de Portugal que aponta para que mais de metade das empresas que enveredaram pelo teletrabalho o mantenham de forma permanente, a *manager* da EY Joana Gonçalves conclui que, “desde que possível, o trabalho remoto veio para ficar”.

Novos e velhos protagonistas

A gerir as vacinas, a recuperação económica e outros problemas que já existiam e continuarão a existir haverá novos e velhos protagonistas. E se em Portugal não se esperam alterações significativas, com a quase certa reeleição de Marcelo Rebelo de Sousa para a Presidência da República e a muito provável continuação do executivo minoritário de António Costa, outras mudanças deixarão marca no mundo, e de forma mais ou menos direta em Portugal.

A possibilidade de um Brexit litigioso entre Londres e Bruxelas, e as decisões do novo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, moldarão um novo quadro de relações internacionais em que potências como a China e a Rússia se terão de posicionar. Enquanto isso, a robustez da “bazuca” negociada no seio da União Europeia ameaçará contrastar com a perda de peso político. Até porque a 24 de outubro se irá virar uma página na Alemanha, pois Angela Merkel deverá cumprir a promessa de não se apresentar a votos.

Até que ponto o seu país e o seu continente sentirão a sua ausência já será assunto para 2022, aquele ano em que o presidente francês Emmanuel Macron, presumivelmente refeito da Covid-19, lutará pela sobrevivência política em abril, seis meses antes de Jair Bolsonaro enfrentar o mesmo desafio no Brasil. ●



LUÍS FLORINDO
Associate
partner da EY



FERNANDO CHAVES
Risk specialist
da Marsh Portugal



Fernando Veludo/Lusa

MACROECONOMIA

Novo ano traz alento à economia nacional

A economia nacional deverá começar a recuperar no próximo ano, esperando-se um segundo semestre mais robusto, mas irá continuar dependente da evolução da pandemia em 2021.

ÂNIA ATAÍDE

aataide@jornaleconomico.pt

Ano novo, vida nova. O ditado é antigo mas, no que toca à economia portuguesa, a “nova vida” estará dependente da evolução da pandemia. Depois da maior crise mundial desde a Grande Depressão, em 2021 a economia deverá começar a recuperar a nível global, com Portugal a seguir a tendência, ainda que de forma gradual. Porém, com todas as projeções envoltas em elevadas incertezas, decisores e economistas advertem que o controlo da Covid-19 continuará a ser chave, quando todos os olhos estão agora postos na capacidade dos países avançarem com os planos de vacinação, até porque os fundos europeus por (muito) que

ajudem, se isolados não serão a receita mágica.

“Em 2021, a recuperação da economia portuguesa dependerá antes de mais da evolução da pandemia a nível nacional, mas também a nível internacional”, diz Joaquim Miranda Sarmento, professor de Finanças do ISEG.

O Governo prevê que a economia portuguesa recupere 5,4% em 2021, em linha com o estimado por Bruxelas. Já o Conselho das Finanças Públicas antecipa uma expansão de 4,8%, enquanto o FMI aponta para 6,5%. A OCDE é a instituição internacional mais pessimista, projetando um crescimento de 1,7%, seguida pelo Banco de Portugal, que prevê uma recuperação da economia de 3,9% no cenário base. Ainda assim, num cenário mais otimista, em

que assume uma diminuição das infeções, após o aumento recente e uma solução médica logo no início de 2021, com disseminação em larga escala até ao final do ano, o PIB pode recuperar 5,9%, enquanto num cenário severo pode crescer 1,3%.

Miranda Sarmento considera que o primeiro trimestre será ainda de crise e com fortes restrições, “mas a partir de março-abril é expectável uma melhoria, embora a recuperação vá ser lenta nos próximos anos”.

É neste sentido que o economista e coordenador do Católica Lisbon Forecasting Lab | NECEP, João Borges de Assunção, alerta que “convém estar preparado para oscilações muito significativas quer nas taxas em cadeia, quer nas homólogas nos vários trimestre do

próximo ano que poderão ser muito influenciadas por efeitos base”.

Explicando que o grupo de economistas da Católica acompanha a dimensão da economia em 2021 face a 2019 como indicador genérico, João Borges de Assunção, diz que “se em média ficarmos a menos de 5% de diferença poderemos começar a falar em recuperação económica”. Porém, “se a diferença for superior a isso as consequências em termos de emprego, falências e aumento de dívida poderão ser muito graves”.

“Um efeito adicional importante é a segmentação do choque na economia, já que há sectores quase sem perdas ou mesmo com crescimento assinalável de atividade e outros com perdas na ordem dos 50%. O que provoca riscos muito elevados de falências generalizadas e reduções expressivas de emprego nesses sectores que, no curto prazo de um ano, não conseguem ser recuperados noutros”, sublinha. Para o professor universitário, o mais importante é que a normalização da vida coletiva ocorra em todo o espaço europeu e nos Estados Unidos: “Não chegaria que a normalização ocorresse apenas em Portugal.”

Apesar de antecipar que “2021 seja o ano da progressiva normalização”, o economista e presidente da IMF - Informação de Mercados Financeiros, Filipe Garcia, considera que deveremos assistir a dois semestres diferentes.

“Nos primeiros meses do próximo ano, as restrições em termos de mobilidade e atividade deverão manter-se um pouco por toda a Europa, afetando sobretudo os serviços”, explica, realçando que “o turismo deverá continuar paralisado”, mas “à medida que as vacinas forem cumprindo a sua função, é de esperar uma abertura progressiva, sobretudo a partir do final da primavera/início do verão”. Para o economista, em termos turísticos, poderá haver uma recuperação significativa no verão, com a circulação provavelmente condicionada aos vacinados.

“A recuperação das economias europeias é crítica para a recuperação da economia nacional, quer nas exportações, quer no turismo”, acrescenta Joaquim Miranda Sarmento, que aponta ainda para a manutenção da tranquilidade nos mercados financeiros e taxas de juro próximas de zero.

Filipe Garcia alerta, contudo, para riscos como “a possibilidade de as vacinas não terem a eficácia prevista ou a sua produção e distribuição encontrar problemas logísticos”.

E Borges Assunção conclui: “Os estímulos económicos à recuperação são significativos na União Europeia. Mas, para produzirem efeitos úteis, é preciso que o pior da pandemia já tenha passado”. ●

PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA PORTUGUESA 2021

	Crescimento do PIB	Taxa de desemprego
Ministério das Finanças	5,4	8,2
Banco de Portugal	3,9	8,8
Conselho das Finanças Públicas	4,8	8,8
Comissão Europeia	5,4	7,7
FMI	6,5	7,7
OCDE	1,7	9,5

Valores em %

POLÍTICA NACIONAL

Ónus para quem provocar crise política é principal garantia de estabilidade

Eleições pouco ou nada irão mudar e a presidência da União Europeia deve deixar António Costa a respirar melhor. Pelo menos até ao(s) Orçamento(s).

LEONARDO RALHA
lralha@jornaleconomico.pt

Vinte anos após 2001, com precisão de relógio político, o próximo ano arranca com a expectável reeleição de um Presidente da República cooperante com um executivo socialista que ficou sem apoio parlamentar maioritário na segunda legislatura, sendo que também em 2021 haverá eleições autárquicas mais para o final do ano. Substitua-se Jorge Sampaio e António Guterres por Marcelo Rebelo de Sousa e António Costa, acrescentando-se máscaras nos rostos e Covid-19 nos hospitais, e poderia pensar-se que abundam indícios da repetição da necessidade de “evitar o pântano político” que há duas décadas levou o então primeiro-ministro a apresentar a demissão.

Não é, no entanto, de todo provável que tal cenário se repita em 2021. “Com os dados de que disponho, não vejo um descalabro ao nível de Guterres”, comenta o professor universitário André Azevedo Alves, do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, acrescentando que “o PS teria mais problemas em legislativas do que nas autárquicas”.

Mesmo que à direita se diga que António Costa estará tentado a procurar eleições antecipadas para obter o reforço do PS prometido pelas sondagens, é duvidoso que dê passos nessa direção. “Não me parece que estejamos na iminência de uma crise política, pois existirá um grande ónus para quem for perçecionado como estando a provocá-la”, defende o professor universitário, descrevendo como “jogo de alto risco” qualquer tentativa de o fazer, até porque declarações vindas de Belém “poderão aumentar o ónus político”.

Num ano que arranca em estado de emergência, o primeiro semestre tem Portugal a presidir o Conselho da União Europeia. Com o travão da Hungria e da Polónia à “bazuca europeia” resolvido em dezembro pela chanceler alemã Angela Merkel, António Costa terá como maior e mais imediata preocupação o esforço de vacina-

ção contra a Covid-19 no espaço da União Europeia.

Além de aumentar a exposição internacional, André Azevedo Alves vê na presidência europeia “uma oportunidade para respirar melhor e ter alguma folga” que o primeiro-ministro apreciará após um fim de ano marcado pelo distanciamento do Bloco de Esquerda, o Orçamento do Estado e o desgaste de vários ministros.

Presidenciais de sentido único

Logo a 24 de janeiro pode ficar resolvida a questão presidencial, com a reeleição do atual chefe de Estado. “Todas as outras candidaturas que não a de Marcelo Rebelo de Sousa são sobretudo afirmações de espaços políticos ou partidários”, defende o professor universitário, para quem “Ana Gomes e Marisa Matias parece que se candidatam mais contra André Ventura do que à Presidência da República”. Ainda assim, aponta como “única questão em aberto” o que diz ser a “pequena probabilidade” de uma segunda volta, inédita para um incumbente, na qual Marcelo Rebelo de Sousa “seria reeleito com larga margem”.

Mas ainda na primeira metade do ano a Assembleia da República poderá ser chamada a aprovar novas contas públicas. “Será razoável questionar se este Orçamento do Estado não será apenas a primeira parte de um Orçamento retificativo que o Governo poderá ter de apresentar durante o ano de 2021, dadas as múltiplas incertezas que a situação económica atual encerra”, defende Luís Marques, *country tax*

leader da EY. Tal cenário anteciparia o “momento da verdade” da apresentação do OE para 2022, no qual o Governo de Costa pode voltar a depender de uma conjugação de votos mais complexa do que o “limiano” Daniel Campelo foi para Guterres há duas décadas.

Em compensação, a perda da presidência de câmaras tão importantes quanto Lisboa ou Sintra parece ser impossível de repetir nas autárquicas, a realizar em setembro ou outubro, ainda que o PSD possa ter avanços e o PCP procure uma “prova de vida” da viabilidade como ator político relevante. ●



José Sena Goulão/Lusa

PUB

NEGOCEIE AÇÕES COM 0% DE COMISSÕES

xtb.pt

*Para volumes mensais até 100.000 EUR. Em transações acima deste limite será cobrada uma comissão de 0,2% (mínimo 10 EUR).

Os instrumentos financeiros que oferecemos são de risco elevado.



ANDRÉ AZEVEDO ALVES
Professor e investigador
da Universidade Católica



NATO, CHINA, BREXIT E CONFLITOS REGIONAIS NO TOPO DA AGENDA

Um planeta à espera do que Joe Biden pensa sobre ele

Eleições norte-americanas foram tão centradas nas questões internas que ninguém sabe ao certo o que pensa o novo presidente sobre os temas mundiais. A agenda, de qualquer modo, não é especialmente diversa da do ano passado: os grandes temas repetem-se.

ANTÓNIO FREITAS DE SOUSA
afsousa@jornaleconomico.pt

O mundo parou a olhar para o sempre absorvente espectáculo das eleições norte-americanas – desta vez mais animadas ainda que o costume pelas piores razões – e a agenda das geometrias altamente variáveis do planeta ressentiram-se de forma ainda mais profunda que o que sucede de quatro em quatro anos, sempre que o inquilino da Casa Branca renova o contrato de arrendamento ou dá lugar a um novo ocupante.

Mas, desta vez, o impacto das eleições é ainda maior: os candidatos em presença, o democrata Joe Biden e o republicano Donald Trump, tiveram uma prestação de tal forma concentrada em questões de índole interna – tanto pelos temas em destaque como pelos avatares que rodearam as eleições – que o resto do mundo se acha, a poucas semanas de 2021, em *stand-by*. É que, a esses excessos internos que o mundo observou divertido e ao mesmo tempo apreensivo, correspondeu uma quase total ausência de posições sobre o que será o papel dos Estados Unidos no mundo e perante os problemas do mundo – salvo uma ou outra declarações não só avulsas, como principalmente carenciadas de aprofundamento.

Para essa evidência convergiram tanto Francisco Seixas da Costa como António Costa Pinto, que aceitaram elencar uma agenda global para o ano que está prestes a começar. “Estamos na expectativa de sabermos o que fará Joe Biden enquanto presidente, tanto no que tem a ver com a relação entre os Estados Unidos e a Europa, como com o resto do mundo”, disse o embaixador. E mesmo que “não seja previsível uma grande alteração de fundo dos Estados Unidos em relação aos dossiês mais atuais”, disse o investigador universitário, o melhor é sempre esperar para ver.

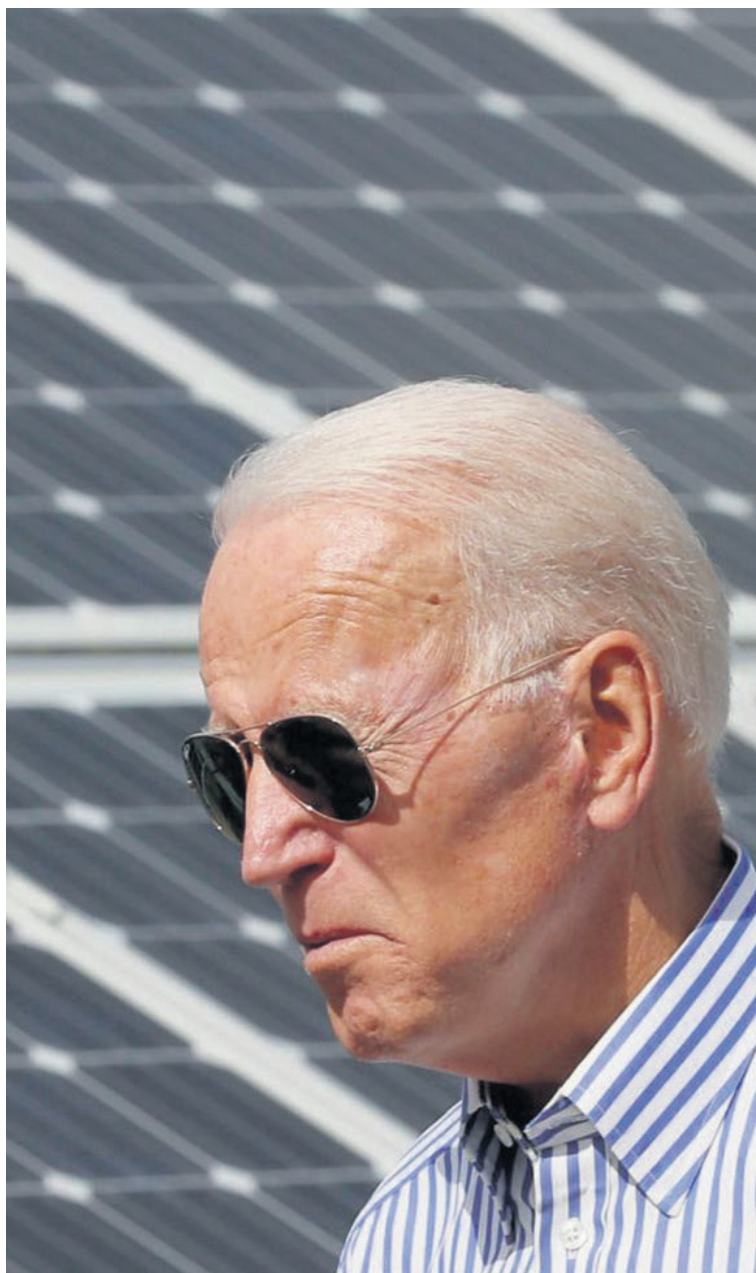
A União Europeia à espera

Desde logo, a União Europeia está à espera. Principalmente no que tem a ver, disse Seixas da Costa, “com a questão da NATO”. “Virá Joe Biden à próxima cimeira?”, questionou,

para enfatizar que Donald Trump dinamitou a relação entre os Estados Unidos e os parceiros europeus da organização – fazendo isso parte de um projeto mais amplo que previa o assassinato do multilateralismo. Sabe-se – foi das poucas declarações feitas por Biden no que tem a ver com questões mundiais – que o novo presidente norte-americano é um profundo apreciador da NATO e do seu papel de equilíbrio entre o Ocidente e quem quer que seja que esteja do lado de lá da trincheira, mas não se sabe o mais importante: querará Biden estender a zona de influência da organização para posições cada vez mais próximas da Rússia? E essa é a grande questão, diz Seixas da Costa, a que para já não é possível responder – sendo certo que, na sua ótica, “a União Europeia não tem qualquer interesse em apostar em fatores de distensão com Moscovo”. Ou seja, “pode não ser do interesse da Europa que a NATO aposte no alargamento para o leste”.

A questão da China é igualmente importante – e importa referir, como disse Costa Pinto, que “o que

Francisco Seixas da Costa e António Costa Pinto convergem na evidência de que o multilateralismo e o jogo de poderes no seio da OMC serão dos temas mais impactantes em 2021. A par do Brexit, claro



Brian Snyder/Reuters

os Estados Unidos querem da China não é necessariamente coincidente com o que a União Europeia quer da China”. Nesta matéria, o desconhecimento em relação a Biden é quase total: sabe-se que a questão chinesa está longe de ser o que separa democratas e republicanos e que o presidente eleito já falou numa vaga aproximação, mas sem nenhuma especificação. É um tema em aberto, que é o mesmo que dizer ‘no escuro’.

De qualquer modo, disseram ambos, o palco mais próximo do conflito que juntará as três frentes será necessariamente a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Médio Oriente à espera

Como sucede há décadas a esta parte – há mais de um século, dado que a Declaração Balfour é de 1917 –, o Médio Oriente, onde por estes dias ninguém está à espera dos Estados Unidos, bem pelo contrário, é a zona mais negra das dúvidas em relação a 2021. Donald Trump não se coíbiu de, já depois de 3 de novembro, data das eleições, continuar a trabalhar nos seus projetos para a região, sendo que o desconhecimento sobre o que dirá Biden em relação a Israel, ao Irão, à Arábia Saudita e à Turquia é praticamente total. Há a ideia que Biden pode achar acerta-

dos os acordos firmados entre Israel e quatro países muçulmanos, mas há também a ideia que o novo presidente poderá ser muito crítico do regresso da construção de colonatos – que por estes dias está em força no terreno. Mas da ideia até ao concreto pode ir um grande passo.

De qualquer modo, disse Costa Pinto, “os conflitos regionais ou localizados estarão na ordem do dia em 2021”. Para o politólogo, os mais graves podem suceder na Venezuela e no Irão – apesar de, na sua ótica, ser pouco provável “que o Irão se radicalize” e opte por um conflito que possa funcionar como ignição de qualquer coisa de mais alargada e consequentemente catastrófica.

Brexit não pode esperar

Ambos os analistas conferem ao Brexit um lugar de destaque na agenda mundial para 2021 – qualquer que seja o desfecho (mesmo que não haja nenhum) das negociações que por estes dias continuam entre as duas margens do Canal da Mancha. É que, com acordo ou sem ele, as relações entre os dois blocos irão inevitavelmente continuar e inevitavelmente alterar-se – sendo importante para cada lado que se perceba o mais rapidamente possível o que esperar dessa nova ordem que para já todos desconhecem.

Ainda na Europa, que segue desgraçadamente à mercê dos ciclos eleitorais, vale a pena estar atento às eleições alemãs de setembro do próximo ano, que (em princípio) não contará com a presença da atual chanceler, Angela Merkel, o que poderá mergulhar a União Europeia numa crise de liderança que o francês Emmanuel Macron (que só irá às urnas em maio de 2022) poderá querer aproveitar para seu benefício.

Antes disso, vale a pena olhar para a Catalunha, onde há eleições antecipadas já em fevereiro – e para onde se prevê o reforço do independentismo, mesmo que este continue desarticulado entre partidos de sinais opostos.

De qualquer modo, se há alguma evidência sobre a agenda internacional é que o seu grau de imprevisibilidade é enorme. E, num certo sentido, é isso que lhe confere todo o encanto. ●



Reuters

EMPRESAS E NEGÓCIOS

Banca concentra onda de consolidações no mercado ibérico

Banqueiros, advogados e empresários aguardam que 2021 seja palco de grandes alterações no Novo Banco, Millennium bcp e Montepio, e admitem que muitos grupos hoteleiros serão vendidos.

JOÃO PALMA-FERREIRA
jferreira@jornaleconomico.pt

Sebastião Gaspar Martins, presidente da Sonangol, assessorado por especialistas muito atentos aos movimentos de consolidação bancários em Espanha e Portugal, sabe que chegou a altura certa para avisar o mercado internacional que a participação de 19,49% que a Sonangol detém no Millennium bcp está à venda – esta posição angolana é a segunda maior no banco, seguida da dos chineses do Grupo Fosun liderado por Guo Guangchang, que controlam 29,01%.

A Sonangol sabe que 2021 vai ser o ano determinante para o sector bancário concretizar uma consolidação que só não caiu de madura em 2020 por causa da crise pandémica da Covid-19. A par da consolidação

da banca, apenas o sector do turismo e hotelaria poderá avançar com transações de valor tão elevado como as relativas à compra ou fusão de bancos. No entanto, acabam por ser dois sectores muito interligados, pois os grandes negócios que serão concretizados em 2021 no turismo e hotelaria, de grandes grupos que vão comprar *resorts* e listas de hotéis falidos, pressupõem apoio dos bancos nessas transações.

Voltando à Sonangol, Sebastião Gaspar Martins já tinha dito que está a monitorizar o desempenho do Millennium bcp para concretizar o desinvestimento. Tudo depende de quanto valem os quase 20% que detém no banco presidido por Miguel Maya – um dos CEO da banca que se encontra na posição mais “instável” do mercado português e que terá fortes probabilidades de ser alterada entre o segundo e o tercei-

Uma extensa lista de hotéis falidos será alvo de transações em 2021, bem como a participação de 19,49% que a Sonangol detém no Millennium bcp, e que deverá ser consolidada no sector

ro trimestres de 2021. Tudo dependerá do alcance da consolidação que o Millennium bcp vier a ter – e de saber se arrastará, ou não, a venda da participação da Fosun.

Paulo Macedo, o presidente executivo da Caixa Geral de Depósitos (CGD) é um dos banqueiros para o qual apontam mais holofotes, depois de ter reconhecido publicamente que estaria particularmente atento ao movimento de consolidação da banca que vai ocorrer em Portugal, deixando em aberto se a CGD será um potencial comprador do Novo Banco, na altura em que o banco gerido por António Palma Ramalho for colocado à venda.

Atenção do Montepio

Tal como os 600 mil associados da Associação Mutualista Montepio Geral terão de estar preparados para o que possa acontecer ao Banco

Montepio em 2021, quer da parte de eventuais propostas que possam aparecer no mercado interno, quer de “sondagens” que possam surgir de Espanha.

O Montepio será sempre um tema muito mediático, atendendo às vozes que provavelmente se poderão pronunciar sobre este assunto, entre as quais estão João Proença (ex-líder da UGT), Fernando Ribeiro Mendes (ex-administrador da Mutualista e candidato a presidente nas últimas eleições), Viriato Silva (membro do Conselho Geral da Mutualista) ou, também, João Costa Pinto (ex-administrador do Banco de Portugal e atual membro do Conselho Geral da Mutualista), sem esquecer Virgílio Lima, o atual presidente que sucedeu ao histórico Tomás Correia (que ocupou o cargo 11 anos) desde dezembro de 2019.

O caso do Montepio é paradigmático porque em 2019 a mutualista teve lucros consolidados de seis milhões de euros, mas registou prejuízos “individuais” de 408,8 milhões de euros, relativos ao reforço de imparidades com o Banco Montepio.

Longe da dimensão do mercado espanhol, Portugal seguirá os efeitos naturais das fusões ocorridas no eixo Madrid-Barcelona, mas agora também passou a ter a referência de uma terceira cidade, Valência, onde funciona a sede do novo maior banco espanhol. Isto, porque entre as consolidações em curso se destacou a do CaixaBank, que até há bem pouco tempo era o terceiro maior banco espanhol, detentor do BPI, e que concretizou a fusão com o Bankia, que era o quarto maior banco espanhol, fusão que originou o novo gigante ibérico, que terá ambições de crescer ainda mais.

Na banca ninguém exclui a possibilidade do futuro comprador da participação da Sonangol no Millennium bcp poder ter ambições estratégicas sobre o universo do Montepio. Neste novo enquadramento consolidado, o presidente executivo do BPI, João Pedro Oliveira e Costa, assumirá um papel muito mais forte no mercado português em 2021, enquanto representante do maior banco ibérico.

Como reconhece João Alves, *country managing partner* da EY Angola, Portugal, Moçambique, na antevisão que faz no documento estratégico “Conhecer os desafios ajuda a encontrar o caminho? Portugal: Desafios para 2021”, “as crises são momentos de oportunidade. Muitos já o demonstraram pela capacidade de repensar modelos de negócio, reorientar a sua oferta e reorganizar as suas operações. Como sempre, os que tiveram a capacidade de se adaptar mais depressa mitigaram os riscos e até podem sair da crise como vencedores. Para quem não teve a visão, a agilidade ou a capacidade financeira para mudar, 2021 vai ser um ano decisivo”. ●

MERCADOS FINANCEIROS EM 2021

Bancos centrais provocam otimismo nos mercados acionistas

Taxas de juro baixas levam investidores a procurar rentabilidades nas ações tecnológicas norte-americanas e em obrigações 'high yield' em 2021. Ouro deverá continuar a valorizar.

ANTÓNIO VASCONCELOS
MOREIRA

amoreira@jornaleconomico.pt

Há um ano, quando as estratégias de investimento para 2020 começaram a ser apresentadas, a crise económica provocada pelo aparecimento súbito do Covid-19 não constava entre os maiores riscos com impacto nos mercados financeiros. Para 2021 há pelo menos um fenómeno que assume contornos de certeza — tendo em conta que o Banco Central Europeu e a Reserva Federal norte-americana decidiram manter a política monetária acomodatória — isto é, as taxas de juro deverão manter-se baixas por mais tempo.

Este será o critério-base para o investimento no próximo ano, ao qual se junta a perspectiva de subida da taxa de inflação. “Não temos uma data para quando as taxas de juro reais vão começar a subir. O que dizemos é que vão continuar mais baixas por mais tempo do que esperávamos, com a agravante de que achamos que vai haver inflação”, disse André Themudo, responsável do negócio da BlackRock em Portugal, na apresentação da estratégia de investimento da maior gestora de ativos do mundo para 2021.

Para a BlackRock, a busca pelo rendimento passa por uma exposição a ações norte-americanas *small* e *midcaps* do setor da tecnologia e da saúde por crescerem mais do que média em clima de recuperação económica.

Apesar dos preços elevados das tecnológicas norte-americanas, André Themudo explicou que a BlackRock prefere pagar “qualidade”, “segurança” e “estabilidade”. “O *price to earnings ratio* (PER) de uma tecnológica norte-americana está muito acima do PER médio de uma cotada no S&P 500. Com um *net debt to EBITDA* de 0,6, é o setor com o menor rácio de alavancamento e com mais *cash* em mãos. E são companhias que têm uma estabilidade de resultados mais previsível”, afirmou.

Nas ações europeias, a BlackRock passou de ‘neutral’ para ‘underweight’, embora identifique oportunidades no segmento de luxo, que foi “um setor quase inabalado durante os meses do Covid-19”, sinalizou Themudo.

Paulo Rosa segue a mesma linha. O economista-chefe do Banco Carregosa salientou que “o sentimento é otimista nas bolsas”, numa altura em que as “bolsas norte-americanas registam máximos consecutivos” e “as maiores praças europeias estão perto dos máximos de sempre”, embora tenha alertado que “a inflação é o maior inimigo das bolsas” e para a “hipotética ineficácia da vacina”.

Luís Tavares Bravo, diretor de *investment strategy* do Bison Bank, destacou os setores relacionados “com a questão disruptiva da economia”. “Vamos ter imenso dinheiro colocado na economia da transformação. Tudo o que seja transição, sustentável e ‘verde’ vai acompanhar-nos nos próximos anos porque os grandes fundos internacionais a médio prazo percebem que conseguem ganhar dinheiro durante mais tempo”, adiantou.

Na renda fixa, a BlackRock e o Banco Carregosa privilegiam o investimento em obrigações *high yield* e de economias emergentes, fugindo das que têm maior qualidade de crédito, que não pagam o risco assumido pelos investidores, embora a gestora de ativos permaneça exposta a obrigações da periferia, como a dívida da República portuguesa. Paulo Rosa sublinhou que “os investidores que quiserem retorno terão que escalar o patamar do risco e procurar rentabilidades mais elevadas no *high yield* e nos países emergentes”.



ANDRÉ THEMUDO
Responsável de negócio
da BlackRock para Portugal



Reuters

O 'bull run' do ouro ainda não acabou

O ouro esteve em destaque em 2020. “O ouro teve um comportamento assinalável, com preços em máximos históricos, à medida que os investidores se viraram para ativos-refúgio durante o aumento da incerteza por causa da Covid-19”, disse Wenyu Yao, *senior commodities strategist* do banco ING.

A analista antecipou que a trajetória ascendente do preço do ouro, que subiu quase 20% este ano, deverá manter-se em 2021. “Provavelmente, a vacina não deverá acabar com trajetória em alta do ouro. A expectativa da subida da inflação, *yields* reais mais baixas, um dólar mais fraco e uma provável recuperação da procura dos consumidores nos maiores mercados emergentes deverá impulsionar o preço do ouro” em 2021, adiantou.

Paulo Rosa destacou que “compete facilmente com as moedas de referência mundial porque estas têm taxas de juro aproximadamente de zero” e que “a atratividade do outro é tanto maior quanto mais baixas forem as taxas de juro”.

Petróleo submerso em incerteza

A evolução do preço do petróleo para 2021 não é uniforme segundo os testemunhos dos analistas. Se as projeções económicas do Edmond de Rothschild apontam para uma recuperação do ‘ouro negro’ indexada à retoma da economia, já o economista-chefe do Banco Carregosa antecipou que o consumo “difícilmente” regressará aos níveis de 2019.

Para o banco suíço, o petróleo, que este ano desvalorizou cerca de 20%, além da diminuição dos stocks, “a retoma do crescimento da economia mundial, nomeadamente na China e nos Estados Unidos, deverá impulsionar o preço do petróleo”. Numa frase: “o preço do petróleo poderá subir à custa de uma procura mais robusta, do contínuo ajustamento da produção à procura, e menores níveis de armazenamento”.

Paulo Rosa considerou que “a diminuição de viagens de trabalho e de negócios, ditada pela implementação do teletrabalho e das videoconferências, e o reforço das energias renováveis, impactam negativamente o consumo global de petróleo”. ●



Reuters

ENERGIA

Petrolíferas vão continuar a apostar nas renováveis em 2021

As petrolíferas vão apostar no próximo ano em projetos sustentáveis. BP, Cepsa e Galp revelam quais os projetos que querem implementar e as metas que ambicionam atingir nos próximos anos.

ANDRÉ CABRITA-MENDES
amendes@jornaleconomico.pt

No espaço de um ano tudo mudou no mundo e também no sector petrolífero. O barril de Brent negociava nos 66 dólares, mas desceu para os atuais 51 dólares. Já o consumo mundial de petróleo e combustíveis recuou de 100 milhões de barris diários para 92 milhões. Também a produção desceu dos 100 milhões de barris diários para 94 milhões.

Muitas petrolíferas já estavam a fazer o caminho da transição energética num momento em que já existem poucas dúvidas que as energias renováveis vão dominar o cenário energético no mundo nas próximas décadas.

A petrolífera portuguesa Galp é precisamente uma das companhias

que já está a fazer esse caminho. “A Galp tem feito um caminho progressivo, bem definido e com passos muito sólidos para entregar os resultados esperados na área da transição energética. Temos hoje uma equipa de mais de 100 pessoas bem preparadas e com uma vasta experiência global em energias renováveis. Terminámos o nosso “trabalho de casa” iniciado em 2019 e começámos depois a desenvolver a nossa estratégia com um impacto visível em 2020”, explica fonte oficial da Galp ao Jornal Económico (JE).

Nesse sentido, a energética liderada por Carlos Gomes da Silva comprou este ano o principal operador solar da Península Ibérica com cerca de 1 gigawatts já “em produção e um conjunto de projetos de elevada qualidade em desenvolvimento perfazendo cerca de



CARLOS GOMES DA SILVA
Presidente executivo da Galp

A petrolífera nacional comprou este ano o principal operador solar da Península Ibérica.

3,7 GW no total. Será um dos pilares do nosso caminho na transição energética”.

A Galp tem o “objetivo de reduzir a intensidade das suas atividades em pelo menos 15% até 2030”, com 2017 como ano de referência.

Na frente do hidrogénio verde, a Galp diz que está a “avaliar numa fase ainda muito preliminar” um projeto em Sines, juntamente com outros parceiros nacionais e europeus, “que permitirá contribuir para descarbonizar e criar uma fileira de conhecimento tecnológico associado a uma forma de energia muito importante, especialmente direcionada para descarbonizar as atividades industriais que necessitam de elevado conteúdo energético e que não tem resposta na eletrificação”. Mas há mais. Na mobilidade sustentável, a companhia vai fechar o ano com mais de 800

pontos de carregamento de carros elétricos e quer atingir os mil pontos na primeira metade de 2021. “Começámos em dezembro a implementar um corredor de pontos de carregamento ultrarrápidos que vai ligar o norte ao sul do país”, explica a fonte da energética.

A petrolífera britânica BP, por sua vez, também está focada na transição energética. Este ano, a companhia lançou o programa Drive Carbon Neutral que visa financiar projetos para compensar os dois milhões de toneladas de CO2 por ano que as vendas da BP em Portugal representam. “Isto envolve recursos elevados, mas também necessários. Estamos a pegar no valor gerado pela mobilidade e investimos em projetos que permitem de modo incremental reduzir o total das emissões dos nossos clientes privados na rede de retalho”, explica fonte oficial da BP Portugal ao JE.

Os condutores que beneficiam deste programa “estarão a apoiar uma série de programas que incluem atualmente um projeto de instalação de fogões eficientes no México e um projeto de proteção e plantação florestal na Zâmbia”, projetos que visam a redução das emissões de carbono.

Em relação às metas que a companhia liderada em Portugal por Pedro Oliveira estabeleceu, a BP prevê até 2030 reduzir a sua produção na área de exploração em cerca de 40% e pretende “ainda multiplicar por 10 o investimento em energias renováveis. Passar dos atuais cerca de 500 milhões de dólares de investimento por ano para cerca de cinco bilhões de dólares de investimento por ano. Temos a consciência de que somos parte do problema, mas somos certamente parte da solução”.

Outra petrolífera que tem vindo a apostar cada vez mais nas energias renováveis é a espanhola Cepsa que forjou uma parceria com a Masdar para desenvolver projetos de energia renovável em Portugal e Espanha.

“Esta parceria está centrada em projetos de energia eólica e solar fotovoltaica a concretizar na Península Ibérica, tendo como objetivo, numa fase inicial, atingir entre 500 a 600 megawatts de capacidade”, explica fonte oficial da Cepsa Portugal ao JE.

“A experiência da Cepsa e da Masdar neste setor permite a concretização de projetos conjuntos que garantem uma maior eficiência com vista a uma Península Ibérica mais sustentável”, explica a companhia.

A Cepsa também aponta que tem “diversificado a sua área de intervenção e aposta na expansão da sua presença nas energias renováveis, que considera ser um dos pilares fundamentais da transição energética”. ●

FÓRUM

UM ANO DE ESPERANÇA E RETOMA À BOLEIA DA VACINA

Depois de um ano marcante, em que a pandemia trouxe uma grave e profunda crise económica e social como há décadas não se via, a chegada das primeiras vacinas oferece um vislumbre da normalidade pré-Covid. Ainda assim, a aceleração digital e tecnológica vivida este ano veio para ficar. **JOÃO BARROS E ÂNIA ATAÍDE**

1 O QUE ESPERA PARA 2021 EM PORTUGAL E NO MUNDO?

2 O ANÚNCIO SOBRE A EFICÁCIA DAS VACINAS TROUXE ALGUM ÂNIMO, MAS SERÁ UM PROCESSO LONGO. EM QUE MEDIDA É QUE SE PODERÁ REFLETIR NUM CRESCIMENTO DA CIRCULAÇÃO DE PESSOAS E CONSEQUENTE CONTRIBUTO PARA A RECUPERAÇÃO DO TURISMO EM PORTUGAL?



PEDRO MOTA SOARES
Sócio da Mota Soares & Associados,
Sociedade de Advogados

Se fizéssemos a mesma pergunta, no final de 2019, muitos diriam que os maiores desafios para a economia seriam o Brexit e a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China; o aumento do preço do petróleo e o abrandamento económico na China e na Europa; a fraca capacidade dos bancos centrais para poderem intervir na economia e a elevada dívida dos países.

Sabemos que o futuro foi diferente. Passámos o ano – e ainda estamos – a tentar perceber como reagir a esta pandemia, o que só dá razão a quem diz que fazer previsões económicas a mais de seis meses é atrevimento. O ano de 2021 continuará a ser marcado pela Covid 19. O seu impacto na economia, na sociedade, nas famílias e nas empresas vai continuar. Mas vai também ser um ano de recuperação económica. Ainda que neste momento o otimismo não seja um sentimento maioritário, é fundamental pensar em medidas para acelerar o momento de viragem da economia. Medidas que continuem a fazer uma transição da nossa economia para o digital, um dos poucos impulsos positivos que saiu desta crise; e que protejam e estimulem o investimento produtivo, sendo que uma correta aplicação dos fundos comunitários é essencial. Se calhar era preferível aplicar os fundos comunitários em reformas e medidas transversais, como a de baixar a carga fiscal (que em Portugal absorve cerca de 20% do volume de negócios das empresas) ou apostar numa verdadeira qualificação e requalificação dos nossos recursos humanos, para dar resposta ao desafio da transição digital. Até porque todos os outros desafios, para além da Covid-19, vão continuar a precisar de respostas.



SUSANA PERALTA
Economista
e professora da Nova SBE

Que a vacina funcione razoavelmente bem, que consigamos com isso encontrar alguma normalidade, ainda que não espere que tenhamos uma vida como em 2019. Acho que continuaremos com restrições de mobilidade e contacto, mas que encontremos alguma normalidade e assim consigamos recuperar a economia. Espero que seja um ano de crescimento económico, ainda que não de recuperação total da economia, e que se consiga guardar o ano letivo até ao fim, algo em que tenho uma certa confiança porque, até agora, as aulas correram bastante bem. Pode ser que no verão consigamos recuperar algum turismo, com a confiança acrescida da vacina. Estou preocupada com os países mais pobres e as consequências verdadeiramente devastadoras da crise, porque os gastos que conseguiram ter para ajudar as economias foram muito mais baixos do que nos países mais ricos. Haverá um aumento da pobreza extrema como não havia há várias décadas e, aparentemente, os países mais ricos, contrariamente a muitas intenções de intenção, deixaram que os países pobres ficassem excluídos, em grande parte, da vacina. Também será interessante a presidência portuguesa da União Europeia, que poderá ajudar a colocar alguns assuntos críticos para a nossa economia na agenda europeia, como os impostos europeus, que estão no pano de fundo do que será o Fundo de Recuperação e Resiliência. Esta questão para uma pequena economia aberta como a nossa é crítica. E que voltem os concertos.



MIGUEL LEITMANN
CEO
Vision-Box

Esperamos cidadãos mais preocupados com a segurança e passageiros mais exigentes na sua jornada, tanto na saúde como na proteção de dados. Esperamos governos com normativas globais de cooperação na verificação da identidade digital, e com informações sobre a exposição do indivíduo à Covid-19. As soluções biométricas, de contacto físico reduzido, no controlo de fronteiras, e a gestão de identidade digital, são agora uma necessidade básica para a crescente demanda no sector do turismo à escala global.



JOÃO BORGES DE ASSUNÇÃO
Economista e coordenador
do Católica Lisbon
Forecasting Lab | NECEP

2. O tema das vacinas é em certo sentido o mais importante passo sanitário para a normalização da atividade económica. Já que as políticas de confinamento, mesmo que parciais e regionalizadas, são insustentáveis no plano financeiro e humano. Será importante perceber a dimensão dos programas de vacinação e não apenas o seu início simbólico junto de determinados grupos populacionais. E para nós será importante perceber se a circulação entre países, não apenas no seio da União Europeia mas também com os Estados Unidos e o Reino Unido, estará sujeita a requisitos de vacinação para os viajantes, o que seria muito inibidor da atividade económica no próximo ano. A velocidade do desenvolvimento das várias vacinas mostra a enorme capacidade dos sistemas sanitários, da indústria farmacêutica e das universidades, mas parece-me ainda cedo para concluir a dimensão do impacto o positivo na atividade durante 2021. A experiência de 2020 sugere que o pára-arranca dos confinamentos sanitários poderá ser ainda a característica mais marcante do próximo ano económico. Isso se for possível evitar a previsível onda de falências e desemprego.



JOAQUIM MIRANDA SARMENTO
Professor de Finanças
no ISEG

2. Enquanto não houver o retomar de uma certa "normalidade" dificilmente o turismo recuperará. No entanto chamo a atenção para dois aspetos que podem trazer alguma esperança ao sector: o primeiro é que uma parte significativa da população europeia (a do sector público e a que pode ir para teletrabalho) viu as suas poupanças aumentarem neste período (ao contrário da outra parte que foi para o desemprego ou esteve em *lay-off*). Essas pessoas, que serão maioritariamente classe A/B estavam muito habituadas a viajar, e quando a oportunidade surgir vão querer fazê-lo rapidamente. O segundo é que a pandemia pode afastar muitos turistas europeus de destinos mais longínquos (pelo tempo em avião) e com sistemas de saúde mais frágeis. Isso pode trazer um efeito de aumento da quota de mercado dos países do sul da Europa (vimos isso, por outros motivos, com a Primavera Árabe). Os dois riscos para o turismo são se há novas vagas de uma estirpe diferente do vírus que a vacina possa não proteger e a perda de capacidade instalada por via das falências.



SANDRA MIRANDA FERREIRA
Customer Success Lead
da Microsoft Portugal

Mais Saúde, novos começos e maiores sucessos. Eficácia da distribuição e vacinação contra a Covid-19, a maior operação logística no planeta desde a Segunda Guerra Mundial. Sucesso na atribuição dos apoios económicos para maximizar impacto e esperança no futuro. Revisão do sistema de saúde pública numa realidade pandémica com probabilidade de se vir a repetir. Melhor uso da tecnologia para agilidade e inovação, em resposta ao esperado e ao inesperado. Confiança em abraços a avós sem máscara.



TIAGO BARROSO
CEO
da Everis Portugal

2020 será recordado por uma catástrofe global absolutamente imprevisível. Mas o que temos vivido e a forma como toda a sociedade tem conseguido superar-se e reinventar-se torna-me muito otimista para um mundo melhor. 2021 será seguramente um ano difícil, ainda de combate à pandemia, mas já de início da recuperação social e económica. Em todo o caso, para 2021 espero sobretudo que o ambiente de mudança e transformação persista ainda com mais convicção para que possamos começar a desenhar uma década, que, muito marcada pela aceleração da transição digital e energética, nos leve a um mundo mais equilibrado, mais justo, mais próspero e mais sustentável.



FERNANDO RODRIGUES
Managing Director
na Axians Portugal

Julgo que o ano se irá dividir em duas partes distintas. No início ainda teremos um aprofundar da situação dramática que vivemos atualmente, quer a nível sanitário, quer a nível económico. Os indicadores que nos chegam sobre a atividade económica dos países em 2020 são o reflexo desse nível de gravidade (o Banco de Portugal reviu as expectativas recentemente para uma quebra de 8,1%). Os dados da crise pandémica também indicam a possibilidade de uma terceira vaga, com muitos países europeus a intensificarem as medidas de confinamento para este período de festas. Numa segunda parte, já com boa parte da população vacinada, acredito numa espécie de "acordar" social, um grito de liberdade, que irá, lentamente, fazer a vida voltar ao (novo?) normal.



LUÍS FERNANDES
CEO da Cimpor
Portugal e Cabo Verde

Vamos entrar em 2021 ainda com muitas incertezas, mas também com a esperança de poder rapidamente ultrapassar este período. A verdade é que, embora estejamos no bom caminho para dominar a pandemia, os seus efeitos vão continuar a fazer-se sentir em 2021. Num ano especial, em que se assinalam os 45 anos da Cimpor, esperamos que Portugal e o mundo se mantenham resilientes e prontos para enfrentar os novos desafios com firmeza e determinação.



PETER DAWSON
Presidente
do Grupo Garland

O próximo ano ainda será bastante influenciado pela pandemia. No que diz respeito ao sector de Transportes e Logística, essa influência refletir-se-á num incremento das operações de *e-commerce*, bem como num aumento da procura do *outsourcing* logístico. Os primeiros meses do próximo ano serão ainda afetados pelo Brexit. Com ou sem acordo com a União Europeia, o transporte de mercadorias para o Reino Unido terá de se adaptar à reintrodução das fronteiras e ao aumento da burocracia alfandegária. Simultaneamente, com a melhoria da situação sanitária originada pela administração das vacinas, aguardamos um incremento de exportações de têxteis, calçado, componentes automóveis e de produtos de indústrias primárias, que substituirão as provenientes do Oriente. A eleição de Joe Biden como presidente dos Estados Unidos significa também uma boa notícia para as exportações nacionais para aquele país.

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador **SMA**

Mais do que nunca,
os seus investimentos precisam
da proteção adequada.

Um especialista ao seu lado
pode fazer toda a diferença.
Fale connosco.

90
Anos

A contribuir para que
se sinta mais seguro.



VICTORIA - Seguros, S.A. (NIPC 506 333 027) e VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. (NIPC 502 821 060) Entidades legalmente autorizadas para a exploração de seguros dos Ramos «Não Vida» e «Vida» em Portugal, registadas junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões de Portugal, sob os códigos 1160 e 1096, respetivamente. Capital Social EUR 34.850.000 e EUR 8.500.000, respetivamente. Av. da Liberdade, 200 - 1250-147 Lisboa Portugal | Telf. 21 313 41 00 – Fax 21 313 47 00. Não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Soluções para a recuperação do emprego em 2021

Os acontecimentos de 2020 toldaram tudo o que se esperava do ano e o impacto global é singular. Fomos conhecendo os problemas, os desafios e os entraves. Mas e quais são as soluções a médio e longo prazo? E como será, e em que eixos assenta, a recuperação do emprego em 2021?

Para entendermos a recuperação do emprego temos de analisar a perspetiva de evolução da economia nacional. Muitas têm sido as hipóteses analisadas e crença parece ser de que parte da economia vai recuperar rapidamente e outra parte terá um caminho mais lento, num efeito de modelo de crescimento “K”. Isto significa que teremos consequências divergentes entre setores, dimensões de empresas e países, o que resultará na fixação das grandes organizações e líderes na fase ascendente (portanto em crescimento) e alguns setores específicos, bem como a maioria das pequenas e médias empresas, vão estabelecer-se na perna inferior deste K, vivendo uma recuperação lenta.

Mas as transformações que existiram em grande parte das empresas, nos mais variados setores – por necessidade – neste período pandémico devem ser exemplo para o reconhecimento de capacidade de mudança e adaptabilidade das organizações. E as próprias devem ser capazes de reconhecer esta aptidão e utilizá-la como reforço para a continuidade do investimento em estratégias e planeamento assentes na agilidade para gerar uma atuação futura adaptada ao mercado e às suas oscilações – mesmo em contextos menos improváveis como o que vivemos – e à aceleração da transformação.

Daqui resulta também a visibilidade da digitalização nas empresas como um compromisso e este passa, muitas vezes ainda, pela formatação e alerta da cultura organizacional para a necessidade destas alterações e o ensino e demonstração da sua utilidade. Neste momento as empresas têm uma vantagem: vão encontrar a sua cultura bastante mais permeável a assuntos como a adaptação e a responsabilidade seja ela social, económica ou ambiental. Isto porque a perceção da preocupação com o futuro de todos será melhor aceite, desde que explicada e, principalmente, adequada ao setor.

Reparemos por exemplo na indústria. Neste setor, onde as evoluções de 2020 como o home office e a eficiência do trabalho à distância não se aplicam e onde a recuperação será – maioritariamente – lenta, de pouco valerá o apelo à modernização de métodos. No entanto, existe a possibilidade de se trabalhar a visibilidade sobre assuntos como a digitalização de processos numa ótica de “descomplicação” de temas como a contratação. Aqui entra também o desenvolvimento do setor jurídico, do qual será necessária uma simplificação da burocratização dos procedimentos, para que se tornem mais facilmente percebidos e acessíveis a todos.

Para além das medidas de transformação digital, é necessário sustentar a confiança, assim como a cooperação e empatia no reconhecimento da importância do ambiente saudável no espaço de trabalho. E aqui surge outra solução necessária



ANDRÉ RIBEIRO PIRES
Chief Operating Officer
da Multipessoal

para 2021: o reconhecimento de capacidades e o investimento na formação dos colaboradores. A identificação das capacidades técnicas e comportamentais e a valorização dos assets dos colaboradores das organizações traz a possibilidade de se reinventarem os profissionais da casa. Também a identificação dos gaps de competências deve ser vista como uma oportunidade de (re)conversão baseada no up e reskilling.

Ainda com esta noção de valorização dos profissionais e do seu percurso em mente é importante abordarmos a educação, no sistema atual e como deverá ser no futuro, de forma a responder às necessidades do mercado de trabalho. Até agora fomos moldados para trabalhar no escritório, e as matérias focam as áreas tradicionais. Segundo dados do INE, as despesas do Estado em Educação estão em decréscimo desde há 10 anos e as crianças e jovens continuam a ser educados para uma realidade já ultrapassada. Precisamos de progresso e adaptação. A formação dos profissionais do futuro deve ser, essencialmente, útil e adequada aos diferentes interesses, capacidades e habilidades. Ao ensino do Português, Matemática e demais matérias recorrentes, às quais relevo clara importância, devem agregar-se as novas tecnologias, as artes, a atividade física, a

experimentação laboratorial e a educação para as capacidades emocionais e interpessoais que se espera dos Colaboradores atualmente.

A utilidade destas medidas de desenvolvimento – adaptabilidade e aceleração; desenvolvimento da cultura organizacional; consciência para a sustentabilidade e reconhecimento dos colaboradores com investimento em formação – encontra-se no mesmo propósito: a humanização do trabalho pela libertação do tempo dos profissionais em tarefas que podem ser digitalizadas e o investimento em relações de proximidade e confiança.